



É urgente defender um Ensino Público inclusivo, gratuito, moderno e democrático. As reivindicações estudantis sentem-se nas escolas, Universidades e Politécnicos de todo o país. Pelo direito constitucional ao Ensino, é preciso acabar com a propina, reforçar a Ação Social, exigir novos métodos e modelos pedagógicos que não a multiplicação dos exames nacionais, e garantir que as instituições de ensino são espaços feministas, antirracistas e de combate ao ódio.

Por uma Escola Pública inclusiva e de qualidade

Pede-se hoje à Escola que seja um espaço de aprendizagem para a cidadania, para a cultura, para o desporto, para a liberdade. E não se pode exigir menos. Não há inclusão sem uma educação antirracista, uma educação sexual feminista, e sem participação de todas e todos os estudantes.

O ensino tem de garantir condições de igualdade social e económica, com acesso gratuito aos materiais e equipamentos necessários, turmas com menos estudantes, colocação de professores, e infraestruturas dignas. Para uma Escola Pública de qualidade, é preciso mudar o nosso sistema educativo, ameaçado pela agenda neoliberal. Exigimos um modelo que promova a avaliação contínua, que valorize o ensino profissional, e que acabe com a predominância dos exames nacionais e de acesso ao Ensino Superior.

Propomos:

- Diminuição do número de estudantes por turma para um máximo de 22;
- Garantia de mais e melhores condições materiais nas escolas, com a gratuitidade de equipamentos informáticos (computadores e calculadoras) e do acesso à internet;
- Valorizar a saúde mental, investindo na contratação de mais psicólogos para os Serviços de Ação Social;
- Garantir uma Educação Sexual inclusiva e plural em todas as escolas;
- Fim dos exames nacionais no Ensino Público;
- Reforma curricular e revisão de programas, com contributos de toda a comunidade escolar, com vista à descolonização curricular, à inclusão da história das mulheres e das pessoas LGBTI+, e oferta artística, tecnológica e diversa;
- Gratuitidade das refeições;
- Gratuitidade dos transportes;
- Valorizar a carreira de professor para garantir colocações antes do arranque do ano escolar;



Um Ensino Superior Democrático

O Bloco de Esquerda conquistou várias baixas da propina nas últimas legislaturas, mas esta continua a constituir um peso financeiro para muitos estudantes. Não se deve impor quaisquer barreiras no acesso ao Ensino, sendo a luta pelo fim da propina uma prioridade.

As bolsas de Ação Social não podem servir exclusivamente para pagar a propina. Têm de garantir habitação, transportes e materiais. As Instituições de Ensino Superior devem promover formas de integração dos estudantes alternativas à praxe, mitigando as relações de abuso e submissão sob o pretexto da inserção e inclusão no meio académico.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior aprofundou a lógica mercantil do Ensino Superior. As IES respondem cada vez mais a membros externos, retirando voz a estudantes, docentes e não docentes. O Ensino Superior transformou-se numa fábrica de precariedade: a investigação científica é desvalorizada, com bolsas de investigação escassas e sem perspetiva de carreira.

Propomos:

- Eliminação das propinas de licenciatura no ensino superior público;
- Revisão do regulamento de bolsas, alargando o universo de beneficiários da Ação Social escolar direta;
- Fixação de um teto máximo de propinas para mestrados, doutoramentos e pós-graduações;
- Mais representação estudantil nos órgãos democráticos das IES.

Pelo direito à habitação

A habitação continua a ser um dos principais problemas para estudantes: é cada vez mais difícil arrendar uma casa próximo à IES. Muitas vezes, a única opção é arrendar um quarto com preços que chegam aos exorbitantes 400 ou 500 euros por mês. Simultaneamente, as residências universitárias cobrem apenas uma percentagem mínima dos estudantes deslocados.

Propomos:

- Plano Nacional para o alargamento da rede de residências estudantis públicas;
- Revisão do regulamento de bolsas e definição de um calendário regular para a transferência das bolsas;
- Limitação imediata do aumento das rendas na renovação ou celebração de novos contratos de arrendamento e criação de tetos máximos de renda.



O ensino não pode ser um privilégio ao qual apenas alguns têm acesso - o ensino é para todas, todos e todes. A luta faz-se também dentro das escolas, politécnicos e universidades. Junta-te a nós e adere ao Bloco de Esquerda!

adere.bloco.org

 /JOVENSBE

 /JOVENSDOBLOCO

 /JOVENSDOBLOCO

 /JOVENSDOBLOCO

 CNJOVENS@BLOCO.ORG